

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA-ES

Rosane de Moraes Bernardo - UFES

rosane.bernardo@hotmail.com

Resumo: Este trabalho refere-se aos desafios que têm se apresentado nos processos das Políticas Públicas de Educação Especial/Inclusiva no município de Vila Velha/ES enfatizando os seguintes eixos: formulação: questões destinadas à formação da agenda e outras dimensões que devem ser avaliadas no processo de formação das políticas; implementação: diz respeito aos problemas e às potencialidades de sucesso de sua implementação; e avaliação: analisar se a política está sendo implementada, observando suas metas e seus resultados.

Palavras-chaves: análise; políticas públicas; educação especial/inclusiva

INTRODUÇÃO

Atuando desde 2006 na Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha junto ao Núcleo de Educação Especial estamos tendo a oportunidade de acompanhar a instituição de Políticas Públicas voltadas para a Educação Especial/Inclusiva no contexto internacional, nacional, estadual e municipal. Este trabalho refere-se às questões teórico-metodológico que norteiam a pesquisa que desenvolvo no curso de Mestrado em Educação na UFES – Universidade Federal do Espírito Santo intitulada “Trajetórias das Políticas Públicas de Educação Especial/Inclusiva no município Vila Velha/ES de 2004-2008” sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto, busca desvelar as políticas públicas de educação especial no município de Vila Velha, que desde sua criação, no ano de 2004, vem se configurando de formas diferentes, pois a adoção dessas políticas provocaram e ainda provocam mudanças nas ações do Núcleo de Educação Especial.

Ao abordarmos a educação especial, geralmente focalizamos mais nossa atenção num ou noutro aspecto, como, por exemplo, nos alunos com Necessidades Educativas Especiais, no professor de sala de aula regular, no professor especialista, nas metodologias de trabalho, na comunidade escolar, na família. Temos assim, uma enorme quantidade de enfoques possíveis quando o assunto é educação especial. Consideramos as Políticas Públicas de Educação Especial/Inclusiva, um dos fatores primordial, essencial e fundamental para que seja realizado e praticado o processo de inclusão, a pesquisa aqui proposta tem como objetivo desvelar as políticas públicas de educação especial na Rede Municipal de Educação de Vila Velha, em seus pressupostos teóricos e práticos. Para tanto,

estamos revendo a trajetória histórica da educação especial na rede municipal a partir da criação do Núcleo de Educação Especial em 2004, observando, descrevendo e analisando esta Política nos seguintes eixos: formulação, implementação e avaliação.

Neste trabalho, nossa atenção está voltada para a Secretaria Municipal de Educação não só o Núcleo de Educação Especial, mas em todos os setores que compõem a Secretaria, pois, acreditamos que a educação especial não é, e não pode ser discutida, articulada somente naquele setor destinado para o tal, assim como o aluno com necessidades educativas especiais não “pertence” somente ao professor da sala regular ou ao professor especialista, a política pública de educação especial não pertence somente ao Núcleo de Educação Especial, pelo contrário, perpassa por todos os setores da Secretaria, seja na inspeção, na educação infantil, no pedagógico I (1ª a 4ª série), no pedagógico II (5ª a 8ª série), no Gabinete do Secretário, da Superintendente de Ensino e assim por diante. Sobre este contexto, Baptista nos diz:

No plano do ensino comum, embora as políticas de inclusão escolar apresentem avanços, devemos continuar nos interrogando: quem tem se ocupado de inclusão escolar? Há iniciativas de investigação (TEZZARI, 2006; BAPTISTA e DORNELES, 2004) que têm mostrado uma responsabilidade circunscrita aos representantes da educação especial: o responsável pelo setor de educação especial da secretarias, o professor especializado, o professor de sala de recursos. Uma Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, deveria considerar a necessidade de ampliar essa direção do compromisso. Resta saber quais são nossas capacidades articuladoras, no sentido de fazer com que os gestores que não são da educação especial passem a se ocupar de fenômenos que dizem respeito à inclusão escolar (BAPTISTA, 2008, p 212).

Após esta reflexão nos questionamos: Como isto ocorre? De que forma as políticas públicas de educação especial perpassam por todos os setores da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha? E se não perpassam como ampliar este compromisso? Como se dá a articulação do Núcleo de Educação Especial com os demais setores? Quais os princípios que fundamentam o conteúdo dessa política? Quais são os valores nos objetivos pretendidos com sua execução? Quais foram os resultados obtidos?

Creio que não será tarefa fácil realizar tais análises, por fazer parte de todo este contexto, processo, e sobre esta dinamicidade e a circularidade de produções, Baptista revela que: “[...] fazendo com que sejamos construídos e construtores dos contextos dos quais participamos; sejamos parte integrante das instituições mutáveis, as quais escapam às

análises simplificadoras que as confundem com o plano das organizações[...]” (BAPTISTA, 2006, p. 90).

Buscamos, pois o aprofundamento da identificação dos elementos de políticas públicas voltadas para a educação especial no município de Vila Velha, não se trata de uma busca de relação de causalidade, mas de identificação de singularidades e de estabelecimento de relações que podem ser complementares. Versando compreender as mudanças no campo educacional, nos diferentes planos que associamos às políticas: a legislação, a formação continuada, o cotidiano dos serviços, e a intervenção educacional.

CAMINHOS SEGUIDOS

A trajetória da minha vida profissional permitiu-me um contato com a educação especial/inclusiva em diversos espaços: escola privada como professora; escola especial como professora e pedagoga; ensino regular ora como pedagoga, ora professora de sala regular, e ora professora de educação especial; e por fim na Secretaria Municipal de Educação no Núcleo de Educação Especial como pedagoga. Experiências tais, que sempre me impulsionaram a um aprofundamento acadêmico e que foram pontos de motivação a realizar esse estudo, que tem como objetivo central:

- Desvelar as trajetórias das políticas públicas de educação especial/inclusiva no município de Vila Velha em seus pressupostos teóricos e práticos. Para tanto, estamos revendo a trajetória histórica da educação especial na rede municipal a partir da criação do Núcleo de Educação Especial em 2004, observando, descrevendo e analisando esta Política nos seguintes eixos: formulação, implementação e avaliação.

Quando se trata de avaliação de política pública, a construção de hipóteses deriva não apenas das questões da área e interesse do pesquisador, mas fundamentalmente das características e finalidades da política em face dos interesses e necessidades da clientela visada. Geralmente, na pesquisa avaliativa de política pública, as hipóteses derivam de três origens distintas são elas: (1) hipóteses relativas às dimensões teóricas ou conceituais de

dois tipos: voltadas à área de política pública (papel do Estado, formulação e implementação de políticas etc.) e ao objeto de uma política pública específica (educação, saúde etc.); (2) hipóteses relativas à gestão de políticas; e (3) hipóteses relativas aos resultados e conseqüências diretas e indiretas da política implementada.

Segundo Belloni(2007), independente das origens, geralmente as hipóteses referem-se a duas dimensões: uma conceitual e outra operacional. A dimensão conceitual contempla aspectos do debate científico acerca da temática envolvida. A dimensão operacional refere-se diretamente à política proposta e implementada. Os critérios para o desenvolvimento da análise avaliativa são instrumentos poderosos para a formulação de hipóteses de modo claro e operacional. A concepção de avaliação, orientadora do presente trabalho, contempla o objeto de análise de modo global. Envolve, portanto, o exame de vários aspectos relativos a sua formulação, desenvolvimento e resultados, em outras palavras, aos objetivos, metas, estratégias e resultados.

A primeira dimensão de hipótese está relacionada com as questões conceituais, filosóficas e pragmáticas do objeto da política. No caso da Política de Educação Especial/Inclusiva do município de Vila Velha, refere-se aos elementos que permeiam a realidade e os estudos sobre educação especial/inclusiva, no contexto de políticas de educação especial/inclusiva num nível internacional e nacional. A segunda dimensão é derivada da política implementada. As hipóteses estão diretamente relacionadas com a proposta da política em questão, seus objetivos, metas e operacionalização.

As hipóteses orientadoras do processo de avaliação da política pública de educação especial/inclusiva no município de Vila Velha foram organizadas em grandes conjuntos, definidos a partir das principais dimensões, conceituais e operacionais da referida política. Possibilitando a realização da avaliação de modo amplo e profundo. Mesmo que cada conjunto de hipóteses está centrado na característica da Política de Educação Especial/Inclusiva de Vila Velha, envolve questões mais amplas, principalmente de ordem conceitual, pode ainda estar estruturado em grupos e subgrupos como forma de facilitar sua organização, coleta de informações e análise.

Temos no primeiro conjunto hipóteses relativas às dimensões conceituais, pertinentes ao desenvolvimento de uma política de educação especial/inclusiva e à análise de sua implementação. São hipóteses relativas a concepções de educação especial/inclusiva

em geral e relacionadas à concepção orientadora da política em Vila Velha. O segundo conjunto contém hipóteses relativas à gestão das Políticas Públicas de Educação Especial/Inclusiva em Vila Velha, processos de tomada de decisões e gerenciamento. No terceiro conjunto estão agrupadas hipóteses relativas ao processo de desenvolvimento dessa Política, em suas várias etapas e aspectos, tratando dos procedimentos de execução e implementação da Política, contempla os rumos dos avanços conceituais e metodológicos, da articulação na Secretaria de Educação e com as escolas para consecução dos objetivos e metas e o atingimento da clientela visada pela política. E o último conjunto encontra-se presente hipóteses relativas aos resultados, quanto quantitativos quanto qualitativos.

Sendo assim o objetivo central vem acompanhado por alguns questionamentos, são eles:

- Quais os princípios que fundamentam o conteúdo dessa política?
- Quais são os valores nos objetivos pretendidos com sua execução?
- Quais foram os resultados obtidos?

Nesse sentido buscamos então:

- Investigar as políticas públicas voltadas ao atendimento educacional especializado de alunos com necessidades educacionais especiais, no município de Vila Velha;
- Analisar as práticas de elaboração das políticas públicas de educação especial/inclusiva;
- Verificar de que modo as propostas estão sendo aplicadas no município;
- Descrever o caminho entre os objetivos pretendidos e os que foram realmente efetivados;
- Utilizar a pesquisa qualitativa como via de ação e compreensão das políticas públicas em contexto, envolvendo outros atores interessados no estudo.

A abordagem proposta para a investigação foi a qualitativa. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 47-49), a investigação qualitativa possui cinco características principais:

- 1 - Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;

- 2 - A investigação qualitativa é descritiva [...];
- 3 - Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos [...];
- 4 - Os investigadores qualitativos tendem analisar os seus dados de forma indutiva [...];
- 5 - O significado é de importância vital na abordagem qualitativa [...].

Seguindo tais características, durante a realização desta pesquisa, o processo das políticas públicas de educação especial/inclusiva no município estudado, foi um fator que predominou nas minhas buscas e olhares.

Para clarificar o que entendemos de avaliação, trazemos o conceito trabalho por Belloni, Magalhães e Souza (2007, p. 15)):

O conceito de avaliação, aqui adotado, refere-se à análise de processos e de produtos ou resultados de uma atividade, fatos ou coisas. Está construído tendo como objeto de avaliação, primordialmente, instituições ou políticas. Nesse caso, contempla a atividade a ser avaliada de um modo global a saber: *os processos de formulação e desenvolvimento, as ações implementadas ou fatos ocorridos, assim como os resultados alcançados, histórica e socialmente contextualizados*. Não se trata, desse modo, apenas do exame comparativo entre o proposto e o alcançado. Esta metodologia, que aprecia o grau de consecução de objetivos e metas pré-definidos, é considerada insuficiente, pois não possibilita a contextualização da atividade ou fato, seja de sua formulação e implementação, seja de suas conseqüências e implicações. (Grifo dos autores)

Entendemos que essa opção metodológica pode contribuir para o avanço na maneira de entender a realidade vivida pelo pesquisador. Investigações dessa natureza possibilitam a busca, a descoberta e a interpretação dos fatos, valorizam a indução e levam em conta os componentes de uma situação em suas interações e influências. No decorrer dos nossos estudos, como instrumentos de coleta de dados, utilizamos concomitantemente a observação, entrevista, questionários, análise de documentos, informações resultantes de reuniões, encontros e conversas informais, alguns dos participantes são: Secretário de Educação, Superintendente de Educação, Técnicos do Núcleo de Educação Especial, Técnicos dos diversos setores da Secretaria Municipal de Educação, Professores de Educação Especial e do Ensino Regular, Diretores e Pedagogos da rede de ensino.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa optamos pela combinação de duas vertentes de dados: qualitativa e quantitativa. Quanto às informações quantitativas, foram considerados, em relação ao campo de investigação: dados censitários, dados educacionais, registros numéricos das ações de implementação da própria política, conforme ações propostas, cronograma de formação, números de professores, de alunos, de escolas, dentre outros. Em relação às informações qualitativas foi utilizada a proposta da análise de conteúdo documental, através dos documentos orientadores, projeto geral, materiais subsidiadores á política e relatórios.

Em relação ao horizonte de abordagem na investigação educacional ressalta-se um posicionamento que perpassa toda a dinâmica metodológica da pesquisa, que trata a investigação em política educativa como:

[...] um terreno de luta no qual o contexto político actual exerce uma influencia poderosa: é insuficiente pensar a metodologia como apenas preocupada com procedimentos técnicos e com as narrativas mais amplas [...] reflectem escolhas que se baseiam na orientação da investigação sobre política, que por sua vez influencia o tópico e as fontes (OZGA, 2000, p.201).

Concordamos com Muller e Surel (2002), onde destacam que em pesquisa, isto exige uma postura investigativa que se mantém a distancia de dois extremos - impasses teórico-metodológicos – na compreensão da ação pública: o primeiro considera que somente se está na presença de uma política pública quando as ações e as decisões estudadas formam um todo coerente, o que jamais acontece; o segundo nega qualquer racionalidade da ação pública, em função das incoerências que ela mesma manifesta. A saída desta dificuldade reside em colocar a análise à luz das “lógicas de ação” e em ação às “lógicas de sentido” do processo de implementação, levando-se em conta a intenção dos formuladores da decisão política e os processos de construção de sentido na prática do desenvolvimento da ação pública.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para realizar o estudo sobre a política de educação especial/inclusiva no município de Vila Velha-ES a reflexão sobre os dados coletados está sendo realizada sobre três eixos que consideramos fundamentais na análise de políticas públicas, são eles: formulação, refere-se a escolha de uma dada política, os valores embutidos nos objetivos pretendidos com a sua execução; implementação, neste eixo procuramos detectar a dinâmica do processo decisório, questões relacionadas com a formação da agenda governamental, mecanismos de participação política, centralização/ descentralização, mecanismos de captação de recursos, os caminhos, as articulações, influências, dentre outros; e avaliação, verifica se a política está sendo implementada, observar criticamente entre as conseqüências pretendidas e aquelas efetivadas.

Como a pesquisa encontra-se ainda em processo de desenvolvimento, não posso trazer conclusão fechada, mas posso fazer algumas considerações a respeito do tema abordado, iniciaremos refletindo sobre *política pública*, concordamos com o conceito trabalhado por BARROSO (2006), que nos traz que a análise das políticas públicas não pode ficar confinada ao estudo de certas dimensões dos seus processos de concepção e de execução e dos efeitos que determinam, diz ainda que é preciso dispor de: “[...] quadros globais que permitam integrar, ao mesmo tempo: o estudo das idéias e dos valores que orientam a tomada de decisão; a autoridade e o poder dos actores implicados; as conseqüências das acções para os seus beneficiários e para a sociedade em geral.” (ZANTEM, in BARROSO, 2006, p 12).

Assim sendo, não podemos nos prender somente na pura execução das políticas públicas de educação especial de Vila Velha, pelo contrário, urge a necessidade de percorrer o(s) caminho(s) destas políticas, desvelar as influências recebidas para a elaboração, bem como as influências e marcas deixadas na sua execução, e quem gera tais políticas que valores trazem em si? A política não se dá por si, ela é historicamente constituída por várias influências, valores, decisões, percorre por diversos caminhos, e às vezes da sua instituição até a sua execução são muitos os imprevistos que surgem no caminho que acabam proporcionando um resultado final não previsto ou desejado na sua elaboração. Esta reflexão vem ao encontro do pensamento de Baptista (2006), quando nos fala sobre *ampliação do termo política*, apontando-nos sobre a importância da investigação nos diferentes planos que compõem a dimensão política dos processos inclusivos: a

legislação, o cotidiano dos serviços, a interpretação educacional e as singularidades dos sujeitos. Apoiando-se em Rosso (1998) e Lalande (1999), BAPTISTA (2006, p 99) afirma que: “[...] evocando uma dimensão que diz respeito à própria etimologia dessa palavra: política, como a perspectiva de ocupar-se das coisas públicas.”

Nesta perspectiva estaremos nos *ocupando das coisas públicas* ao desvelar as políticas de educação especial de Vila Velha, ocupando-nos com seus discursos, palavras ditas e muitas vezes não ditas, mas indicativas, do caminho a ser percorrido. Ocupando-nos também dos olhares, dos trabalhos, das intenções, dos documentos e tantas outras ocupações que estão presentes visíveis e invisíveis na Secretaria Municipal de Educação, que formam as estruturas do movimento de educação especial.

Acreditamos assim que a política educativa deve promover o desenvolvimento e consolidação de sistemas educativos inclusivos que se constituirão como o modelo organizativo e funcional em que valores, identidades e comunidades democráticas serão melhores cultivados.

A educação deverá considerar-se um pressuposto incontornável num sistema democrático, assumindo-se claramente como princípio político de natureza educativa, social e cultural contributivo para a proteção dos direitos de cidadania de todos os cidadãos (MORGADO, in CORREIA, 2003, Pág 77).

A efetivação deste princípio proporcionará na construção de uma sociedade globalmente mais inclusiva, implicando o conceito da diferença como uma questão na escolarização de todos os alunos. Acreditamos, porém, que este percurso não estará isento de tensões, necessitando obviamente de ajustamentos progressivos. Tensões estas que estão presentes desde a elaboração, discussão, execução da política de educação especial, até mesmo e principalmente no seio e no contexto da escola, na aceitação da matrícula do aluno com necessidades educativas especiais, no resolver em que sala e com que professor este aluno irá ficar, no trabalho a ser desenvolvido com ele, enfim, em todo o processo da política nos deparamos com tais tensões. Pois, o termo educação especial por si só já é algo que requer muita atenção, cautela, cuidado a ser estudado, discutido e a construção de projetos voltados para esta área requer mais atenção e considerações.

A classe regular torna-se, deste modo, num espaço onde a heterogeneidade e a diversidade são fatores a ter em conta. Não há lugar para a homogeneidade, caso do modelo integrador, em que o ensino parece mais orientado para o aluno médio e em que o aluno dito com NEE parece estar sempre a receber serviços de apoio, mais diretos do que indiretos, fora da classe regular, mesmo quando a sua problemática o não exigiria. O modelo inclusivo parte, por conseguinte, do pressuposto que o aluno com NEE deve manter-se na classe regular, embora admita que, sempre que a situação o exija, poder-se-á considerar um conjunto de opções que levem a um apoio fora da classe regular. É um modelo aparentemente muito voltado para a defesa dos direitos dos alunos com NEE, para a criação da igualdade de oportunidades educacionais, eivado, portanto, de um discurso social, holístico. Este discurso coloca o aluno com NEE num contexto onde a sociedade é responsável pela mudança, sendo que não deverá ser só a sua condição problemática a ser considerada, mas também os ambientes onde ela interage, uma vez que os aspectos sociais podem alimentar sentimentos permanentes de incapacidade, criando ao aluno sucessivas situações de desvantagem.

O discurso educacional torna-se, assim, num discurso integrado em que as vertentes normativa, psicopedagógica e social não existem por si só, mas realmente sobrepõem-se, figurando, deste modo, um modelo cujo objetivo é o de tentar dar resposta à diversidade. E a política pública de educação especial deve vir ao encontro do discurso educativo buscando sempre meios, vias, possibilidades de atender a diversidade.

Consideramos assim, a avaliação como um processo sistemático de análise de uma política, atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, as suas dimensões e implicações, e tem como finalidade estimular o aperfeiçoamento dos objetivos e metas das políticas e das ações avaliadas. Trata-se, portanto, da avaliação tanto de processos como de resultados. O processo avaliativo é histórica e socialmente contextualizado. Contempla seu objeto nos seguintes aspectos: formulação e desenvolvimento, ações implementadas ou fatos ocorridos, e produtos ou resultados alcançados.

Não se trata, portanto, de examinar comparativamente o proposto e o realizado, ou seja, constar o simples atingimento ou não das metas estabelecidas em uma política ou plano. Há de se ter em vista que a avaliação deve subsidiar o processo de formulação e implementação de uma política e, portanto oferecer elementos

para o sistemático aperfeiçoamento das atividades da área (BELLONI, 2001, p. 86-7).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli E. D. A; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: E.P.U, 1986. (Temas Básicos da Educação e Ensino)

BAPTISTA, Cláudio Roberto . Inclusão escolar e educação especial: o universo das políticas e o debate brasileiro sobre contornos e limites. In: Anais do **XIV ENDIPE**, Porto Alegre/RS, 27 a 30 de abril de 2008.

BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. Projeto de Pesquisa: **O curso de pedagogia da UFES frente às políticas atuais para a formação de professores: impactos e perspectivas à educação inclusiva**. Vitória: 2006.

_____. Estágio e pesquisa: uma contribuição à formação inicial de professores de educação especial. In: JESUS, Denise Meyrelles; BAPTISTA, Claudio Roberto.; BARRETO, Maria Aparecida Santos Côrrea.; VICTOR, Sônia Lopes .(Org) **Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação/ Prefeitura Municipal de Vitória/ CDV/ FACITEC, 2007.p. 271-280.

_____. Desenho das políticas públicas atuais de educação especial/inclusão escolar de formação de professores no Espírito Santo. In: **I Colóquio de Pesquisas em Políticas de Educação Especial/Inclusão Escolar do Espírito Santo**. Vitória/ES, 08 e 09 de maio de 2008.

BARROSO, João. (org) **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores**. Lisboa: EDUCA, 2006.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação de políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortes, 2001.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. (Orgs) **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: Editora Eufes, 2005.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: ATLAS S.A, 1999.

MORGADO, José. Os desafios da educação inclusiva: fazer as coisas certas ou fazer certas as coisas. In: CORREIA, Luis de Miranda.(Org.) **Educação Especial e Inclusão: quem**

disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo. Porto: Porto Editora, 2003. p. 73 – 88.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Política de educação inclusiva nas escolas: trajetórias e conflitos. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L.(Orgs) **Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007. p. 32 - 40

PADILHA, S. M. A.; FREITAS, S. N. A instituição especializada no cenário da Educação Inclusiva: o contexto brasileiro. In: RODRIGUES, D; KREBS, R; FREITAS, S. **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais.** Santa Maria, Ed. UFSM, 2005. p. 13 – 43.

RODRIGUES, David. (Org). **Perspectivas sobre a inclusão da educação à sociedade.** Porto: Porto Editora, 2007.